

9º Exame de Ordem - 2ª fase - 1999

Direito Administrativo

1. Elabore um parecer, em resposta à questão abaixo, assinando-o como MANOEL DA SILVA, para que a prova não seja identificada e, em consequência, anulada:

No exercício da consultoria jurídica da Prefeitura de um Município, você é incumbido de emitir parecer sobre a seguinte hipótese:

Pode o Prefeito Municipal, no exercício regular do poder de polícia, expedir decreto estabelecendo, em face dos reiterados episódios de pedestres vitimados por ataques de cães de determinada raça, limitações aos passeios desses animais, que somente poderão transitar presos a coleiras e equipados de focinheiras hábeis a impedir-lhes agressões que acarretem riscos a transeuntes?

Como você opinaria?

2. Na *privatização* de estatais prestadoras de serviços públicos, aprovou-se a transferência, mediante leilão, do respectivo controle acionário e das concessões de que eram detentoras: qual o *princípio fundamental das atividades da Administração Pública*, legalmente definido, foi obedecido nessa transferência à órbita privada, mediante concessão, da execução de atividade antes desempenhada por entidades de administração indireta?

3. Você é procurado por um cliente que lhe expõe ter tido declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, determinado bem imóvel e que, decorridos cinco anos e meio da expedição do aludido ato declaratório sem que efetivada a desapropriação, foi surpreendido com a publicação de novo ato com a mesma finalidade e tendo por objeto o mesmo imóvel. Pergunta-lhe, então, se o Poder Público teria exercido legalmente a faculdade de renovar tal declaração. Como você lhe responderia?

4. Cliente de seu escritório, conscientizado dos seus deveres de cidadania e escandalizado com o público e notório enriquecimento ilícito de autoridades administrativas, noticiado, com estardalhaço, pela imprensa, consulta-o sobre se a ele seria facultado utilizar-se, como cidadão, de alguma medida judicial contra aquelas autoridades. Qual seria seu opinamento?

5. Quem não detenha a condição de *agente público*, não possuindo qualquer vínculo político ou funcional com a Administração, pode incorrer em *improbidade administrativa*? Responda fundamentadamente.

6. A execução de sentenças transitadas em julgado contra a Fazenda Pública, mediante expedição de precatórios, comporta alguma exceção?

Direito Tributário

1. Qual a diferença, se é que existe, entre lei complementar e norma complementar?

2. Qual o prazo de prescrição e qual a espécie normativa que pode versar sobre este assunto?

3. Enumere os requisitos para a compensação.

4. Estabeleça distinções entre remir e reemitir.

5. Há concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público? Por que?

6. A Lei X, expedida pelo Congresso Nacional, instituiu contribuição previdenciária sobre os servidores públicos inativos da Administração Pública.

A lei que instituiu o tributo foi publicada em 1999 e entrará em vigor no dia 1º de maio do mesmo exercício financeiro, efetuando o desconto em folha de pagamento no dia 30.05.99.

A alíquota da referida contribuição social é de 25% e incide sobre os proventos dos servidores.

Alcéia Constantina de Souza, servidora pública, lhe contrata como advogado, para que tome medida objetivando eximi-la da obrigação fiscal.

(Advogado: Casimiro de Abreu - OAB-RJ nº 77.777).

Direito Comercial

1. O Juiz, ao tomar ciência, em processo de execução ajuizado pelo BANCO DE SANTOS S/A, de fato que caracterizou o abandono do estabelecimento comercial da ré CIA. DE ENTREPOSTO SANTA SUZANA, decretou, de ofício, a falência da devedora, com fulcro no inciso VII do art. 2º da Lei de Falências.

O advogado Dr. Almeida foi contratado para recorrer da sentença que decretou a quebra. Interponha o recurso cabível, fundamentando-o.

2. Distinguir a nota promissória *pro solvendo* da *pro soluto*. Fundamente a resposta.

3. Quais as características do cheque bancário, ou administrativo?

4. Considerando a distinção entre sociedades de pessoas e de capital, como você classificaria a Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada?

5. O que são valores mobiliários? Fundamente a resposta.

6. Cabe o pedido de depósito elisivo nos casos do artigo 2º da Lei de Falências? Fundamente a resposta.

Direito Trabalhista

1. APOLINÁRIA DE ARAÚJO, brasileira, solteira, portadora da CTPS nº 0000, série nº 0000, residente na Rua 25, lote 00, da Quadra P, Vila Esquerda, na cidade de Tanguá, neste estado, CEP: 00000-000, vem, pelo advogado abaixo assinado, com escritório na Rua da Direita, 25, na cidade de Tanguá, também neste estado, CEP: 00000-000, art. 39, I, do C.P.C. intentar

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

contra REGINA FIUSA, brasileira, casada, do lar, residente na Rua SS, 244, Jardim Floresta, Tanguá, o que faz com fulcro na lei e nos seguintes motivos:

1. A reclamante foi admitida aos serviços da reclamada, em 02.05.1984, para exercer as funções de DOMÉSTICA, percebendo por mês a quantia equivalente a um salário mínimo, com a jornada de trabalho diária, de 2ª a sábado, das 8h às 18h, com duas horas para almoço e descanso, tendo

sido demitida, imotivadamente, em 28.02.1998.

2. Acontece, todavia, que a reclamada não pagou à reclamante todos os direitos oriundos do contrato de trabalho, eis que apesar de contratada para trabalhar na jornada acima mencionada, laborou, por determinação da empregante, durante toda a contratualidade, domingos e feriados, sem qualquer pagamento desse trabalho, além de horas extras, pois a jornada de trabalho normalmente findava às 21h.

3. Demais disso, a reclamada não lhe pagou 1/3 de férias, nos termos do art. 7º, inciso XVII, da Constituição Federal, nos períodos de férias concedidos, durante toda a contratualidade, sendo devedora desse importe com os acréscimos legais.

4. Por outro lado, a reclamada não recolheu, pela totalidade, a contribuição previdenciária do período de trabalho, devendo a mesma, em face disso, regularizar dito recolhimento, por inteiro, sob as penas da lei, inclusive no que tange aos domingos e feriados trabalhados, 1/3 de férias e horas extraordinárias.

5. De aduzir-se, ainda, que a reclamada é devedora da quantia relativa à multa prevista no artigo 477, da CLT, pois a homologação do distrato do contrato de trabalho, operou-se a destempo, maltratando assim o dispositivo supra, na medida em que, demitida em 28.02.1998, isenta do cumprimento do aviso prévio, a homologação e o conseqüente pagamento das verbas oferecidas só ocorreram em 27.03.1998.

6. Pleiteia a reclamante a entrega das guias do FGTS, de todo período, nos termos da Leis 7.998/90; 8.019/90; 8.678/93; 8.036/90 e C.F., art. 7º, III.

7. Pede, ademais, honorários advocatícios, face a aplicação subsidiária dos artigos 20, do C.P.C., 769 da C.L.T., 22 da Lei nº 8.906/94 e 133 da Constituição Federal, no percentual de 20% sobre o valor final da causa.

Protesta por todas as provas admissíveis em direito, requer a notificação da reclamada e dá à causa o valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Assim, tendo sido contratado pela reclamada, Regina Fiusa, apresentar Contestação para a Reclamação Trabalhista acima referida.

Advogado: João Henrique.

2. Em recente Acordo Coletivo as partes estabeleceram, numa das cláusulas, que as horas extras seriam acrescidas com 30% de adicional. Comente sucintamente sobre a validade da cláusula.

3. Qual o Recurso, na área do Direito do Trabalho, cujo prazo é de 15 dias e qual a premissa fundamental para seu cabimento?

4. Em Turma do nosso T.R.T., quais os Juizes que apreciam, em primeiro lugar, o Recurso Ordinário, cujos votos serão acompanhados ou não pelos demais Juizes?

5. Qual a diferença, em relação às partes signatárias, da Convenção Coletiva e do Acordo Coletivo? Comente, ainda que resumidamente e, em especial, a quem obriga a Convenção e o Acordo.

6. Homologados os cálculos de créditos em Reclamação Trabalhista, a parte insatisfeita com os mesmos, após depositar o total homologado, tem

dois meios subseqüentes para demonstrar sua inconformidade. No primeiro, o(a) Juiz(a) decidirá monocraticamente; já, no segundo, é o Tribunal que decidirá o Recurso. Diga que nome tem estes meios de impugnação ou Recurso, na Justiça do Trabalho.

Direito Civil

1. Joaquim José da Silva, odontólogo, faleceu no dia 21 de abril de 1999, em seu domicílio na cidade do Rio de Janeiro, deixando viúva D. Marília Dirceu da Silva, deixando ainda os seguintes herdeiros e bens abaixo relacionados:

Herdeiros - Genaro da Silva, solteiro, maior, estudante e sua irmã Maria Francisca da Silva, solteira, maior, estudante, todos residentes nesta cidade.

Bens - Prédio comercial situado na Av. Passos, nº X, locado a terceiros pelo valor de R\$ 600,00, avaliado em R\$ 200.000,00;

Sítio Liberdade, situado na Estrada Velha de Minas, no lugar denominado "Serra da Estrela", no município de Petrópolis, sem benfeitorias, com pastos, morros e carrascais, sem qualquer renda, avaliado em R\$ 50.000,00;

Casa de sobrado, com comércio na parte térrea, situada em Ouro Preto, locada a terceiros por R\$ 500,00 mensais, avaliada em R\$150.000,00;

Em dinheiro: R\$ 50.000,00

Como advogado procurado pelos herdeiros, promova as primeiras declarações, inclusive apresentando esboço de partilha, figurando como advogado o Dr. João Marques de Barbacena.

2. José, na qualidade de credor de João por meio de uma nota promissória no valor de R\$ 1.000,00, emitida por este e avalizada por Manoel, propôs execução contra este último, visto que o mesmo se recusou a pagar o título quando de sua apresentação, alegando que o credor deveria primeiro cobrar do emitente. Como advogado do credor, resolva o impasse criado, fundamentando doutrinariamente sua posição.

3. Bernardo, mesmo ciente de que Creso devia elevada quantia a Arnóbio, adquiriu do mesmo todos os seus bens existentes no Brasil, vez que Creso resolveu deixar o país definitivamente sem pagar suas contas a Arnóbio. Como advogado de Arnóbio, indique a solução do problema, fundamentando a resposta.

4. Jorge sofreu vários ferimentos após sua bicicleta soltar a roda dianteira, sem qualquer causa aparente, ficando sem poder trabalhar mais de sessenta dias. Na tentativa de se ver reembolsado dos prejuízos sofridos, diligenciou e apurou que além da péssima qualidade do produto, que não atendia as especificações de segurança, a empresa fabricante, ao contrário de seus sócios, não detinha qualquer patrimônio que pudesse garantir uma futura execução, já que era do tipo "fundo de quintal". Que solução deverá adotar a pessoa prejudicada, diante do exposto, devendo a resposta fundamentar o princípio jurídico aplicado.

5. Certo agente de viagem, alegando impossibilidade de adquirir as passagens aéreas pelos totais entregues ao mesmo por 150 pessoas que tencionavam fretar um avião para visitar os países balcânicos, em razão da crise cambial de janeiro de 1999, deseja romper o contrato firmado sem contudo sujeitar-se ao pagamento da multa estabelecida, em razão do desequilíbrio econômico ocorrido. Fundamente no plano jurídico essa possibilidade, diante do aforismo jurídico de que os contratos devem ser cumpridos.

6. A ausência de preço razoável no contrato de compra e venda, como por exemplo por valor muito inferior ao do bem no mercado, conduz a nulidade ou anulabilidade do contrato? Fundamente a resposta.

Direito Penal

1. O representante do Ministério Público ofereceu denúncia em face de Wanderley Rodrigues, imputando-lhe a prática do delito descrito no artigo 157 do Código Penal. Ressalte-se que o denunciado foi preso em flagrante delito, tendo sido a prisão cautelar mantida pelo Juiz de Direito, quando do recebimento da denúncia.

Desta forma, foi formulado pedido de liberdade provisória ao juízo competente demonstrando a inexistência dos pressupostos que autorizam a prisão preventiva, sendo certo que o referido pedido foi indeferido sem a devida fundamentação.

Na qualidade de advogado de Wanderley, redija a peça processual adequada aos fatos acima descritos.

Advogado: Márcio de Oliveira

2. Beatriz Barros na direção de veículo automotor atropela Bianca Cintra, causando-lhe lesões corporais. Além disso, a condutora do veículo em questão deixa o local do acidente sem prestar o devido socorro à vítima. Qual a situação jurídico-penal de Beatriz? Fundamente sua resposta.

3. Manoel Alves, proprietário de estabelecimento comercial localizado no Centro da cidade, resolve como atividade eventual realizar o câmbio de moeda estrangeira em seu estabelecimento. Qual a situação jurídico-penal de Manoel? Fundamente sua resposta.

4. Mário Pires, na data de 15.05.92, comete o delito de furto, sendo a denúncia ministerial recebida em 16.06.93. Em 30.09.97, o Juiz de Direito da 20ª Vara Criminal prola sentença, condenando-o a pena de um ano de reclusão. O Ministério Público, após a ciência da sentença, entende por bem não recorrer da referida decisão. Comente o problema em questão, do ponto de vista jurídico-penal, levando-se em consideração os lapsos temporais apresentados.

5. Pedro e Paulo, membros de uma turma de grafiteiros, reúnem-se na calada da noite e picham as paredes de uma casa tombada em razão de seu valor histórico. Qual a situação jurídico-penal de Pedro e Paulo? Fundamente sua resposta.

6. João Cláudio comparece à 9ª Delegacia Policial e oferece notícia de crime em face de Gustavo, um desafeto seu, sendo certo que o noticiante imputou ao noticiado crime de que o sabia inocente. Em decorrência da referida notícia foi instaurado inquérito policial. Qual a situação jurídico-penal de João Cláudio? Fundamente sua resposta.